



# ATAS DO XII CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

BRAGA / UNIVERSIDADE DO MINHO  
CAMPUS DE GUALTAR / 11 - 13 SETEMBRO 2013

**ORGANIZADORES:**

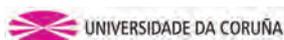
Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

**EDITOR:** CIEd – Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho

**APOIO:** **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
SUPORTE ÀS BACACIÕES CIENTÍFICAS



Universidade do Minho  
Instituto de Educação



**Título**

Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia

(2ª edição, revista e aumentada)

**Organizadores**

Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

**Editor**

Centro de Investigação em Educação (CIEd) / Instituto de Educação  
Universidade Minho

4710-057 Braga  
1.000 exemplares

**Design**

ANACMYK  
anacmyk@gmail.com

**ISBN**

978-989-8525-22-2

Setembro 2013

Apoio à edição:

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Ministério da Educação e Ciência



## Índice

---

### ÁREA TEMÁTICA 9 - MODELOS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO

UM MODELO DE GESTÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO AOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE DO PROCESSO DE ACREDITAÇÃO DO INEP/MEC BRASIL	3779
Matilde Medeiros de Araújo, Maria João Cardoso de Carvalho, & Carlos Machado Santos	
DIFERENCIAS INDIVIDUALES EN LA ELABORACIÓN DE INFERENCIAS ENTRE BUENOS Y MALOS LECTORES	3790
Francisco Manuel Morales Rodríguez & Ana María Morales Rodríguez	
MUDANÇAS DE ATITUDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO	3798
Cristiane Regina Xavier Fonseca–Janes & Sadao Omote	
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE: DILEMAS E (IM)POSSIBILIDADES DE UMA REFERENCIALIZAÇÃO MULTIFOCALIZADA	3813
Henrique Manuel Pereira Ramalho	
A AVALIAÇÃO EXTERNA DO CONHECIMENTO GRAMATICAL: UM ESTUDO DOS EXAMES DE PORTUGUÊS DE 2012	3830
António Silva & Ana Paula Castro Silva	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS: OS EFEITOS INDIRETOS DO ENSINO PÚBLICO NO ENSINO PRIVADO	3845
Joana Sousa & José A. Pacheco	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS E SEUS EFEITOS NAS PERSPETIVAS CURRICULARES E PEDAGÓGICAS. UM ESTUDO COM PROFESSORES DE MATEMÁTICA	3860
Micaela Marques & José A. Pacheco	
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NUMA ÁREA CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	3875
Maria Palmira Alves & Susana Sá	
O CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO	3886
João Manuel de Sousa Will & José Pacheco	
OS APOIOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL AVALIATIVO	3900
Marta Martins & Eusébio Machado	
A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM ATIVA SUPOSTADA POR UMA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO REFLEXIVA	3914
Rosa Rodrigues & Cristina Parente	

DO ENSINO DE LITERATURA NO ENSINO SECUNDÁRIO À SUA AVALIAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO 12º ANO	3929
Maria Carolina Pereira da Costa & António Silva	
POR QUE BRINCAR NÃO RIMA COM AVALIAR? A INTERFERÊNCIA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS NO COTIDIANO LÚDICO ESCOLAR.	3944
Maria Vitoria Mamede Maia & Silvia Gabrielle Coimbra	
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: - O QUE PENSAM OS PROFESSORES? -	3958
Maria Rita Morais Freitas	
SUPERVISÃO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO PROFISSIONAL DOCENTE: REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO	3973
Estela Monteiro	
A RELAÇÃO SUPERVISIVA NA ADD: DE QUE SÃO FEITAS AS NOSSAS PRÁTICAS?	3991
Cátia Rodrigues	
PROMOÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO	4006
Rui Marques Vieira & Celina Tenreiro-Vieira	
IMPACTO E EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS DE GESTÃO	4020
Natália Costa & José Augusto Pacheco	
A CENTRALIDADE DO ALUNO NO DISPOSITIVO DE AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLA	4031
Teresa Jesus Santos & Maria Palmira Alves	
POLÍTICA E OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANGOLA	4049
Francisco Caloia Alfredo	
DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E FLUÊNCIA DE LEITURA NO FINAL DO PRIMEIRO ANO DE ESCOLARIDADE: UM CONTRIBUTO	4063
Liliana Costa & Maria Carapeto	
IMPACTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO – UM ESTUDO DE CASO	4078
Lúcia Dourado & Virgínio Sá	
DETECCIÓN PSICOEDUCATIVA DE DIFICULTADES PSICOMOTORAS EN EL AULA	4094
Iria Díaz Ainse & Rosa Rivas Torres	
UN ESTUDIO SOBRE LAS ESTRATEGIAS EN ALUMNOS Y ALUMNAS DE 5 AÑOS COMO CLAVE INCLUSIVA DEL APRENDER A APRENDER	4110
María Páramo Iglesias & María Martínez Figueira	
AVALIAÇÃO DE ESCOLAS: MECANISMOS DE REGULAÇÃO E LÓGICAS DE AÇÃO DOS ATORES ESCOLARES	4121
Carla Chainho	

EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS PÚBLICAS NA REDE PRÉ-ESCOLAR PRIVADA	4135
Eduarda Cristina Silva Rodrigues & José Augusto Pacheco	
DETECCIÓN DAS DIFICULTADES COGNITIVAS NA AULA	4142
Rosa Rivas Torres, Beatriz López González & Berta Fraga González	
DISPOSITIVOS SINCRÓNICOS DE AVALIAÇÃO ENQUANTO MECANISMOS DE FEEDBACK E AUTORREGULAÇÃO DE APRENDIZAGENS.	4155
Cristiana Cabreira, Andreia Santos & Ana Mouraz	
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	4168
Rosa Maria Gomes, Anabela Pereira & Paula Vagos	
AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS E O SEU IMPACTO NO ENSINO ESPECIALIZADO DA MÚSICA	4181
Helena Queirós & José Augusto Pacheco	
PROVINHA BRASIL - INSTRUMENTO AVALIATIVO DE LEITURA: ANÁLISE À LUZ DA ABORDAGEM COGNITIVA DE LEITURA E SEUS RESULTADOS	4192
Eva Cristina Mendes	
SUPERVISÃO DE FUTUROS ENFERMEIROS NO ENSINO CLÍNICO NO SERVIÇO DE CIRURGIA	4207
Isabel Correia & Teresa Vilaça	
A CENTRALIDADE NO ESTUDANTE NUMA UNIDADE CURRICULAR INTEGRADA – UM ESTUDO DE CASO	4223
Ana Lemos, Armando Almeida, Joana Palha, Manuel Costa & Maria Palmira Alves	
O CONHECIMENTO DOS ADQUIRIDOS EXPERIENCIAIS DOS ADULTOS VERSUS O SEU RE(DES)CONHECIMENTO NO (IN)DEFINIDO QUADRO GOVERNAMENTAL PORTUGUÊS	4235
Susana Cristina Pinto & Maria Palmira Alves	
AVALIAÇÃO DA METACOGNIÇÃO, AUTORREGULAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS COGNITIVAS EM ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO	4253
Jorge Gonçalves & Margarida Alves Martins	
ALTA HABILIDADE PARA A MATEMÁTICA, ESTILOS COGNITIVOS E RENDIMENTO ESCOLAR A MATEMÁTICA	4267
Joana Casanova & Ana Costa	
PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO METACOGNITIVO DOS ALUNOS	4282
Jorge Gonçalves & Margarida Alves Martins	
ESTILOS COGNITIVOS, RESULTADOS ESCOLARES A MATEMÁTICA E DIFERENÇAS DE GÉNERO	4292
Joana Casanova & Ana Costa	
O PORTEFÓLIO COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO N(D)A PRÁTICA PEDAGÓGICA	4303
Susana Cristina Pinto & Cândida Mota-Teixeira	

UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA SOBRE PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO CENTRADAS NO ESTUDANTE	4318
SC Rodrigues, J Cerqueira, MJ Costa & MP Alves	
A CONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR COMO REFERENTE DA AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS	4328
José Carlos Morgado, Carlinda Leite, Preciosa Fernandes & Ana Mouraz	
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA DOS PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NUMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	4351
Maria Palmira Alves, Ivanilda Bastos & Sidney Schossland	
INDICADORES DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O PROFESSOR	4363
Leonora Bernardes	
UMA VISÃO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DO ACCOUNTABILITY	4378
Marly Queiroz & Fabiane Garcia	
O INVENTÁRIO PARENTAL (LUI-PT) COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PRAGMÁTICAS EM IDADES PRECOSES	4391
Cristiana Guimarães, Anabela Cruz-Santos & Leandro Almeida	
UM NOVO OLHAR SOBRE AS PRATICAS AVALIATIVAS: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO CEARÁ-BRASIL	4403
Andreia Serra Azul da Fonseca, Maristela Lage Alencar, Edivone Meire Oliveira & Sinara Mota Neves de Almeida	
INFLUENCIA DE LAS DIFICULTADES FONOLÓGICAS EN EL DESARROLLO LINGÜÍSTICO Y LECTOESCRITOR EN NIÑOS DE EDUCACIÓN INFANTIL Y PRIMARIA	4419
S. García-Mosquera, M. Durán, M. García-Fernández, J.C. Fernández-Méndez, A. López-Osuna	
DETECCIÓN DE DIFICULTADES EN EL LENGUAJE ORAL EN NIÑOS DE SEGUNDO CICLO DE EDUCACIÓN INFANTIL	4436
López-Osuna, S. García-Mosquera, M. Durán, M. García-Fernández, J.C. Fernández-Méndez	
PROVA DE COMPREENSÃO NA LEITURA PARA O 1º ANO DE ESCOLARIDADE	4445
Edlia Simões & Margarida Alves Martins	
TESTE INFORMATIZADO E DINÂMICO DE ESCRITA (TIDE): ESTUDO PRELIMINAR	4459
Andreza Schiavoni & Cristina Joly	
EFEITO (S) DAS PRÁTICAS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE NAS PRÁTICAS COLABORATIVAS: INDUÇÃO OU INIBIÇÃO?	4473
Ana Marcos & Eusébio Machado	

AGRUPAMIENTO DE ESCUELA Y ESTRUCTURA DE EVALUACIÓN INTERNA: ¿NUEVA INSTANCIA DE EVALUACIÓN EXTERNA A LAS ESCUELAS AGRUPADAS LOCALIZADA EN LA ESCUELA SEDE? UN ESTUDIO DE CASO EN PORTUGAL	4485
Maria Cecilia Bocchio	
EL RETORNO DEL DIRECTOR: ESTUDIO DE CASO DESARROLLADO EN UN AGRUPAMIENTO DE ESCUELAS	4498
Maria Cecilia Bocchio	
ENSEÑAR, APRENDER Y EVALUAR EL PROFESIONALISMO MÉDICO: A PROPÓSITO DE UNA EXPERIENCIA EN LA UNIVERSIDAD DE BARCELONA	4506
Jordi Palés, A. Gual, M. Nolla & A. Oriol Bosch	
APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DESEMPENHOS UTILIZANDO CHECKLISTS	4522
Isabel Neto, Luís Patrão & Miguel Castelo Branco	
O CENTRO DE COMPETÊNCIAS LABORATORIAIS: UM NOVO MODELO PARA APRENDIZAGEM DE COMPETÊNCIAS LABORATORIAIS	4531
Manuel João Costa, Nuno S. Osório, Margarida Correia-Neves, Hugo Almeida, Fernanda Marques & João Carlos Sousa	
MINI-ENTREVISTAS MÚLTIPLAS: UM MÉTODO DE SELECÇÃO DE ESTUDANTES PARA O ENSINO SUPERIOR	4546
Pedro Marvão, José Ponte	
A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO MÉDICA COMO ABORDAGEM CIENTÍFICA AO ENSINO/APRENDIZAGEM DA MEDICINA	4555
Manuel João Costa	
O EXAME OBJECTIVO ESTRUTURADO COMO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: PRINCÍPIOS BASEADOS NA INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO MÉDICA	4570
João Cerqueira, Hugo Almeida & José Miguel Pêgo	
A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO MÉDICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	4577
Ana Raquel Lemos	

---

## IMPACTO E EFEITOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS DE GESTÃO

Natália Maria Barbosa de Sousa Costa  
José Augusto Pacheco

Universidade do Minho

nataliacosta.costa6@gmail.com  
jpacheco@ie.uminho.pt

**RESUMO:** A avaliação é encarada como prática social (Pinto & Santos, 2006) inscrita num sistema de procedimentos que desempenham funções em reorganizações sociais no caminho do desenvolvimento, sendo que, as funções da avaliação estão profundamente relacionadas com os movimentos da comunidade e das suas culturas. Podemos afirmar que a pressão da competitividade sob a forma de alto rendimento, eficiência (Stoll & Mortimore, 1997) e sistemas de excelência estão a afetar as escolas e os professores. Vivemos numa era de avaliação, de *accountability* (Afonso, 2010), de resultados e indicadores e de vigilância da comunicação social. A presente comunicação resulta de uma investigação de mestrado na área de especialização em Desenvolvimento Curricular e está inserida no projeto de investigação de avaliação externa de escolas (FCT – PTDC/CPE-CED/116674/2010), a decorrer na Universidade do Minho. Nesta comunicação pretendemos analisar os conceitos teóricos relacionados com a avaliação externa de escolas em Portugal como *accountability*, qualidade, eficácia e melhoria, bem como, liderança recorrendo a uma abordagem metodológica, no quadro do modelo quantitativo e qualitativo. As técnicas de recolha de dados incidem em entrevistas (Bodgan & Biklen, 1994), questionários, e análise documental enquanto na análise de dados serão utilizados procedimentos estatísticos e a análise de conteúdo.

### **Avaliação Externa**

Desde os anos de 1980, que se assiste à valorização da avaliação enquanto mecanismo de regulação do sistema educativo, tornando a avaliação num dos procedimentos mais discutidos em educação, especialmente, na última década do século XX e, apesar das investigações realizadas, continua a não ser consensual e a revelar problemas. A avaliação constitui-se como um processo prático que nos dá uma perspetiva exata do que está a acontecer em todos os níveis da organização, bem como, eficiente porque minorará a autodefesa dentro da instituição permitindo um câmbio de dados, uma abertura de comunicação, uma aclaração de metas, objetivos e de participação no desenvolvimento global da organização, ultrapassando o âmbito da aprendizagem e estendendo-se aos domínios das produções sociais, públicas e educacionais. A avaliação ajuda a sociedade ao atribuir valor de mérito, a prestar contas e, quando necessário, serve de base para findar um mau programa (Stufflebeam & Shinkfield, 2007). Avaliar é, segun-

do Pacheco (2001, p. 129), “a expressão de um juízo de valor que pressupõe uma tomada de decisões através de procedimentos técnicos formais e informais, correspondendo a um ato preceptivo e cognitivo que se explica pelo modelo de processamento de informação”. A avaliação está orientada para ajudar a sociedade a melhorar porque é do interesse público e produz efeitos públicos fundamentais para as sociedades. Segundo Ferreira (2007, p.12), “a procura da avaliação dos vários domínios da educação compreende-se pela necessidade de emitir juízos de valor, que visam a tomada de decisões” e, ao mesmo tempo, permitam responder às ansiedades políticas, económicas e sociais.

Afonso e Costa (2011, p. 156) asseguram que “desde finais do século XX que a avaliação se converteu, à escala internacional, numa obrigação institucional na maior parte dos países desenvolvidos”, tendo sido, os países anglo-saxónicos os primeiros à utilizar ferramentas de medição da eficácia e da qualidade, seguindo-se muito de perto as grandes instituições internacionais. A prestação de serviços, a melhoria e modernização dos serviços públicos tem sido tema de debate por parte do Parlamento Europeu. A pressão para que se concretize uma avaliação dos serviços públicos, nomeadamente as escolas, conta com começos e lógicas diferentes e o objetivo final desta pressão é modificar e tornar mais eficazes os sistemas de gestão públicos, isto é, procurar que a qualidade dos serviços prestados se reflita numa sociedade orientada para uma economia baseada no conhecimento. A avaliação de escolas não se afigura, pois, uma tarefa fácil, representando

“um esforço de análise para compreender por dentro, a partir da observação direta e da auscultação dos atores, a sua vida, o seu funcionamento, os seus problemas, no sentido de se atingir um diagnóstico que ponha em evidência os seus trunfos e indicando, sob a forma de recomendações e conselhos, o caminho a seguir para se aperfeiçoar” (Santos Guerra, 2002, p.15).

Neste sentido, a avaliação das escolas é uma tarefa tendencialmente conflituosa porque as escolas são organizações. Ao agitar esse poder, a avaliação vai interferir em interesses, motivações e, em última instância, criar conflitos. Apesar das dificuldades que podem ser criadas pela avaliação de escolas, esta é, uma necessidade justificada pela “veneração” da eficácia, da qualidade e da responsabilização, da rentabilização de recursos, das exigências da sociedade. A avaliação de uma instituição, enquanto sistema gerado por numerosas estruturas e relações, diferentes atores e valores, requer que esta se coloque em questão, num processo social que tenha como objetivo a construção de juízos de valor sobre as suas atividades e a instrução de processos mais adequados e

apropriados para a amplificação da qualidade (Sobrinho, 2003). No entanto, apesar das dificuldades que podem ser criadas pela avaliação de escolas, esta é, uma necessidade justificada pela “veneração” da eficácia, da qualidade e da responsabilização, da rentabilização de recursos e das exigências da sociedade. Paulatinamente, a frase “avaliação de escolas” foi-se instalando no vocabulário social e, pouco a pouco, tornou-se algo real e normativo nas políticas educativas. Diferentes governos foram contribuindo para que esta política se fosse tornando realidade, introduzindo diplomas e práticas que conduziram ao sistema avaliativo que temos hoje. A avaliação de escolas tem dois propósitos, segundo o CNE (2011), sendo um deles a função de melhoria e o outro a possibilidade de analisar as diferenças de desempenho das escolas visando a melhoria e a equidade. Cada vez mais escolas entendem a avaliação como uma ferramenta decisiva enquanto procedimento de melhoria e estratégia de progresso, desenvolvendo processos de autoavaliação ou solicitando avaliações externas.

De acordo com Afonso (2010, p. 147), as políticas de *accountability* têm sido balizadas por “oscilações mais ou menos acentuadas, a que não são indiferentes os regimes políticos, a natureza dos governos e os dinamismos emergentes das sociedades civis nacionais e transnacionais”. Como consequência desta “nova vaga democrática”, Afonso (2009), as demandas populares pedindo maior clareza, prestação de contas e responsabilização dos organismos públicos vão ganhando cada vez mais adeptos. A prestação de contas apresenta-se, assim, como um movimento mundial ligado às escolas e as instituições públicas”, fazendo parte de uma “filosofia de transparência da ação das instituições públicas e escolas face aos poderes públicos” que as sustentam (Alaiz, Góis & Gonçalves, 2003, p.31), isto é, o Estado, os contribuintes e os usuários que são representados pelos pais e alunos. Podemos afirmar que a pressão da competitividade sob a forma de alto rendimento, melhor eficiência e sistemas de excelência estão a afetar as escolas e os professores. Vivemos numa era de avaliação, de prestação de contas, de resultados e indicadores, assim como, numa era de vigilância da comunicação social, sempre ansiosa por divulgar os resultados. ”. De acordo com Barzanò (2009), numerosos países elaboraram procedimentos e instrumentos para que as escolas respondam perante outros, visando sempre o aumento da eficiência e o melhoramento da qualidade e dos resultados. A autora argumenta que se tivermos em conta a situação da educação, neste momento, o conceito de *accountability* é um conceito chave que tem vindo a ga-

nhar importância e representa um dos movimentos mais “viajantes” nas reformas educativas dos diferentes países.

Em Portugal, não se pode negar a existência de uma discussão sobre o tema, nem a atenção crescente dada a esta questão. O debate sobre a prestação de contas torna-se especialmente intenso quando as práticas de avaliação geram reformas que influenciam diretamente as escolas, como por exemplo, a aplicação de testes padronizados e a divulgação de tabelas ordenadas de escolas (*rankings*) classificadas segundo os resultados obtidos. Esta obsessão avaliativa em redor dos exames é referida por Afonso (2002) tendo como objetivo cumprir duas funções básicas que se completam: servir de ferramenta de controlo central e propagar a concorrência entre as diferentes escolas. Os *rankings* difundem “efeitos de mercado”, quando se comparam escolas públicas e privadas e de “quase-mercado”, quando se verifica a comparação de resultados entre escolas do ensino público.

A maioria das instituições deseja que a qualidade esteja associada a tudo o que se constrói e as escolas enquanto organizações não fogem à regra. Por isso, nos últimos anos, a preocupação dos governos em relação à qualidade na educação tem vindo a manifestar-se nas suas iniciativas. A ideia de que tudo pode ser avaliado tem vindo a ganhar terreno no quotidiano. Apesar da discussão sobre a qualidade de educação não ser algo novo, a importância e a complexidade que o sistema de ensino adquiriu, exacerbaram-no (Clímaco, 1992). Uma primeira definição de qualidade, refere Diaz (2003), está relacionada com a definição de eficácia, uma vez que se refere à conquista dos resultados pretendidos. Nesta perspetiva, a qualidade é o que os alunos conseguem atingir no fim de um determinado nível escolar ou no fim de um plano de estudo. Uma segunda definição de qualidade prende-se com o que o aluno consegue aprender e a sua relevância tanto para o aluno como para a sociedade, isto é, uma educação de qualidade é aquela em que os conteúdos apreendidos correspondem às necessidades intelectuais, afetivas e sociais das pessoas. Uma terceira dimensão de qualidade relaciona-se com a qualidade dos processos e os meios que o sistema oferece para o desenvolvimento educativo dos alunos. Nesta perspetiva, uma educação de qualidade é aquela que presenteia os alunos com os recursos (corpo docente, estratégias diversificadas, material informático, etc.) necessários para que eles alcancem a excelência. Vicente (2004) evidencia que a qualidade pode ser um fator de diferenciação e que, mais do que nunca, tem de ser

vista como um preceito fundamental, ou seja, a garantia de superioridade competitiva para a sobrevivência de uma organização num ambiente cada vez mais competitivo, sendo o objetivo da qualidade, a satisfação do “cliente/utente”. A qualidade deve ser encarada como algo transformador da cultura dessa organização.

A política de empréstimo reforça a crença de que os modelos de educação são passíveis de transferência, independentemente, do contexto e tornou-se algo comum. Também em Portugal, os decisores políticos se tornaram mais permeáveis a um discurso voltado para os valores da eficácia, que foi ganhando adeptos entre os órgãos de gestão e administração das escolas, pressionadas externamente, pela opinião pública ou pelas famílias, no sentido de se tornarem organizações mais eficazes e em permanente melhoria. De acordo com Alaiz, Góis e Gonçalves (2003), é de extrema importância que nas escolas exista uma cultura de melhoria, isto é, as escolas que possuem uma cultura de melhoria enraizada conseguem implementar processos de melhoria com maior facilidade. Os autores relacionam um conjunto de fatores com a melhoria: i) a pressão interna para melhorar; ii) a autonomia; iii) uma visão partilhada sobre o que se procura atingir; iv) a vontade de se tornar uma organização com práticas reflexivas; v) a formação e colaboração entre professores; vi) o envolvimento e motivação para a melhoria; vii) a liderança; viii) a estabilidade e ix) o tempo. Em última análise, a melhoria deve ser olhada como algo contínuo e como um processo que faz parte da rotina e das dinâmicas das escolas inseridas num sistema mais vasto de desenvolvimento da escola porque, como afirma Bolívar (2012,p. 31), “uma escola que aprende e trabalha eficientemente adapta-se à mudança, deteta e corrige erros, e progride de modo contínuo”.

A escola pública tem sofrido nos últimos anos uma multiplicidade de medidas e programas renovadores com implicações ao nível da administração e da organização, sendo o campo mais debatido, o da gestão e da liderança (Torres & Palhares, 2009). Assim, o estudo da liderança está hoje na ordem do dia, uma vez que uma organização, seja ela uma empresa ou uma escola, é tanto ou mais eficiente e produtiva quanto melhor for o seu líder. Para os decisores políticos uma liderança eficaz poderá ser encarada como a chave para a resolução de muitos dos problemas que a escola enfrenta (Riley e McBeath, 1998). Esta pressão para fortalecer e melhorar a liderança é sentida há muito tempo em muitos países, segundo Dimmock (2005), sendo a liderança percecionada como peça basilar da organização educativa e catalisadora de reorganizações bem-

sucedidas. Os desafios atuais exigem que os líderes (gestão) desenvolvam ferramentas que aumentem a participação de toda a comunidade educativa, estabelecendo parcerias, visando a sua melhoria. Os líderes são os grandes responsáveis pelo sucesso ou fracasso da uma organização e são percebidos como agentes de mudança. Morgado (2004, pp.9-10) considera que a evolução da liderança nas escolas em Portugal não tem sido fácil. Na sua opinião a “questão da liderança tem sido discutida como mais um problema de profissionalização da gestão da escola e de alteração dos modos de regulação do que como pressuposto essencial para a construção da autonomia da escola”. Hoje em dia, pede-se a quem lidera uma organização que tenha conhecimentos que lhes permitam liderar da melhor maneira possível e, segundo Grilo (1996, p.23) “as escolas que têm líderes funcionam e as que não têm líderes não funcionam. Os líderes mais eficientes e eficazes usam o seu “poder” subtilmente, tendo o cuidado de minimizar as diferenças sociais, valorizando a autoestima de cada seguidor. Uma liderança eficaz consiste em fazer escolhas e acomodá-las entre o mundo exterior e o mundo interior da escola. Mais recentemente, Bolívar refere a existência de uma liderança ideal chamada “liderança distribuída”. Este tipo de liderança reconhece que diferentes pessoas podem ser fontes de influência em diferentes ocasiões, ou seja, “a governança na educação pressupõe que a liderança não é um monopólio hierárquico e reconhece que a liderança deve ser compreendida como uma qualidade emergente numa organização (2012, p.73). A capacidade de mudança depende não do topo, mas de uma liderança diluída e repartida.

### **Metodologia**

Em qualquer investigação a escolha da metodologia afigura-se como algo imprescindível, pois dela depende a quantidade e a qualidade dos resultados que se pretendem obter. Os procedimentos selecionados devem ser norteados por um conjunto de preceitos de modo que a investigação seja internamente coerente, exequível, pertinente, adquirindo a nitidez indispensável ao desenvolvimento de um todo com sentido, observando as finalidades propostas pelo investigador.

A investigação, em geral, caracteriza-se por utilizar conceitos, teorias, linguagem, técnicas e instrumentos com a finalidade de dar respostas aos problemas e interrogações que se levantam nos mais diversos âmbitos de trabalho, situando-se este estudo na confluência de dois métodos investigativos. Ou seja, utilizamos uma metodologia quantitativa quando elaboramos, aplicamos e fizemos uma leitura estatística de um questionário

aplicado a todos os docentes da escola sede do agrupamento e, ao mesmo tempo, recorreremos ao método qualitativo quando realizamos entrevistas (individual e de grupo) e completamos as informações obtidas com a análise documental. A aplicação das duas metodologias tornou-se fundamental para a quantificação dos dados. Os dados obtidos nas entrevistas permitiram obter o ponto de vista das estruturas intermédias da escola objeto do estudo, bem como, o contexto em que são desenvolvidas as atividades.

### *Objetivos*

As estruturas intermédias de gestão das escolas são essenciais para o funcionamento das escolas e servem de ligação entre a escola, os alunos, os encarregados de educação, a comunidade e os professores. Por isso, os coordenadores são peças fundamentais na estrutura organizativa e compete-lhes a promoção do sucesso educativo dos alunos e da escola. Tendo em conta o processo de avaliação externa de escolas, que está a ser aplicado desde 2006, a importância e a relevância que assumem essas estruturas intermédias de gestão na organização e funcionamento das escolas pareceu-nos pertinente compreender até que ponto se verifica um impacto direto deste tipo de avaliação ao nível das estruturas intermédias de gestão, nomeadamente da coordenação de departamentos e da direção de turma, bem como, os seus efeitos. Para tal, foram elaborados três objetivos de investigação i) caracterizar o impacto da avaliação externa a nível da gestão intermédia; ii) identificar os impactos e efeitos da avaliação externa a nível organizacional, curricular e pedagógico e iii) analisar os impactos e efeitos da avaliação externa a nível organizacional, curricular e pedagógico.

### *Amostra/ Respondentes*

Na recolha de dados utilizamos a entrevista individual semiestruturada, o grupo focal, o inquérito por questionário e análise documental, sendo que, a entrevista individual (n=1) foi realizada à coordenadora da equipa de autoavaliação; o grupo focal (n=5) aconteceu com a colaboração dos coordenadores dos diferentes departamentos (Línguas, Expressões, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Diretores de Turma); o inquérito por questionário (n=52) foi aplicado a todos os docentes da escola sede do agrupamento.

### *Instrumentos*

Como instrumentos de recolha de dados foram aplicados a entrevista individual semiestruturada, o grupo de discussão (semiestruturado), o inquérito por questionário e análise documental porque nos pareceram a forma mais eficiente de recolher os dados necessários à elaboração do presente estudo. Salienta-se que, tanto o inquérito como os guiões das entrevistas foram elaborados de raiz. Os vários instrumentos utilizados permitiram-nos, assim, compreender a realidade da escola como um todo (estudo de caso).

### *Procedimentos*

Para que a recolha de dados acontecesse, informamos a direção da escola do objetivo da dissertação e da pretensão de fazer um estudo sobre o processo de avaliação externa ocorrido na escola e descobrir qual o impacto e os efeitos consequentes dessa avaliação. Fomos informados, pela direção, da necessidade de oficializar o estudo através de um pedido de autorização dirigido à Direção Geral de Educação. O pedido foi efetuado, autorizado e foi dado conhecimento da autorização à direção com a entrega de cópia da documentação enviada. Após estes procedimentos contactamos as pessoas necessárias à realização das entrevistas e agendamos um horário. No que concerne à realização do inquérito, todos os professores da escola sede foram informados da realização questionário, através do Conselho Pedagógico, tendo a sua participação correspondido a 52 inquéritos preenchidos, numa população de 56 docentes. Destaca-se, que a aplicação do questionário na escola-sede foi antecedida de um pré-teste, realizado em duas escolas de cidades diferentes e, dos quais, resultaram algumas sugestões e correções.

### **Resultados**

Apesar dos respondentes do questionário terem sido inquiridos sobre a avaliação externa e a avaliação interna, nesta comunicação apresentaremos, apenas, os resultados do questionário que dizem respeito à influência da avaliação externa na escola enquanto organização.

## I. Resultados do inquérito sobre avaliação externa

Itens	Média (X)	Desvio Padrão (DP)
<b>A avaliação externa tem ...</b>		
1. Contribuído para consolidação da autoavaliação.	3,90	,891
2. Promovido uma maior articulação curricular entre o 2º e 3º ciclos.	3,48	,918
3. Contribuído para que os professores valorizem mais os resultados académicos dos alunos.	3,52	,828
4. Contribuído para o trabalho cooperativo entre os alunos.	3,52	1,019
5. Permitido a organização de atividades conjuntas entre professores de diferentes ciclos.	3,31	1,001
6. Permitido a dinamização de atividades comuns entre professores da turma.	3,48	,918
7. Contribuído para o desenvolvimento das relações entre a escola e a comunidade.	3,81	,817
8. Contribuído para a planificação de atividades letivas.	3,29	1,016
9. Contribuído para a realização de testes conjuntos entre professores.	3,19	,971
10. Contribuído para o empenhamento das lideranças intermédias,	3,38	,796
11. Contribuído para a participação dos professores no departamento curricular.	3,46	,828
12. Contribuído para a aferição dos critérios de avaliação.	3,92	,518
13. Contribuído para uma maior articulação entre os órgãos de gestão e as lideranças intermédias.	3,75	,789
14. Contribuído para a coadjuvação letiva entre ciclos.	3,25	,837
15. Contribuído para a melhoria da relação pedagógica	3,40	,823
16. Contribuído para o acompanhamento da prática letiva em contexto de sala de aula.	2,96	,969

No que diz respeito aos resultados da média, verifica-se que em 13 dos 16 itens se verifica concordância enquanto nos restantes três itens há uma indefinição avaliativa, sendo que, os itens que se encontram na indefinição avaliativa acontecem quando os docentes são inquiridos sobre a contribuição da avaliação externa para a realização de textos em conjunto entre professores, a coadjuvação letiva entre ciclos e o acompanhamento da prática letiva em contexto de sala de aula. O item em que se verifica uma maior concordância (3,90) acontece quando se pergunta sobre o contributo da avaliação externa para a consolidação da autoavaliação.

No que concerne aos resultados do desvio de padrão não existe consenso em três dos itens enquanto nos restantes catorze itens existe moderada/baixa concordância e em apenas um dos itens existe moderada/alta concordância. Os itens que são menos consensuais e apresentam uma baixa concordância são os respeitantes ao contributo da avaliação externa para o trabalho cooperativo entre os alunos, para organização de atividades entre professores de diferentes ciclos e, ainda, para a planificação de atividades letivas. Salienta-se como o item em que existe uma maior concordância o que diz respeito ao contributo da avaliação externa para aferição dos critérios de avaliação.

## Conclusão

As leituras realizadas ao longo deste mestrado tornaram evidente que a avaliação externa tem sido essencial à evolução das escolas enquanto organizações e tem desempenhado um papel importante na consolidação do processo de autoavaliação enquanto prática fundamental ao desenvolvimento das escolas. Apesar de não ser um processo consensual e ser geradora de tensões internas, a agitação que provoca no interior das escolas revela que estas são um elemento vivo que para melhorar necessita de ser avaliada.

Os resultados do estudo mostram que a avaliação externa tem impacto na vida da escola embora não haja consenso sobre o tipo de efeitos provocados pelo processo. Os respondentes do inquérito demonstram uma baixa concordância com as afirmações do inquérito, sendo que, a resposta que merece uma menor concordância a que diz respeito ao impacto da avaliação externa no trabalho cooperativo desenvolvido pelos alunos. Deste modo, torna-se fundamental estudar quais os efeitos do impacto provocado.

## Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2010). Um olhar sociológico em torno da accountability em educação. In M. Esteban & A. Afonso (orgs.). *Olhares e interfaces*. São Paulo: Cortez Editora.
- Afonso, A. (2002). Políticas educativas e avaliação das escolas: por uma prática avaliativa menos regulatória. In *Avaliação de organizações educativas*. Atas do II Simpósio sobre organização e gestão escolar. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Afonso, A. (2009). Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios por um debate ibero-americano. In *Revista de Ciências da Educação* (9), pp. 57-69.
- Afonso, N. & Costa, E. (2011). A avaliação externa das escolas: um instrumento de regulação do conhecimento. In J. Barroso & N. Afonso (2011). *Políticas Educativas. Mobilização de conhecimento e modos de regulação*. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Alaiz, V., Góis, E. & Gonçalves, G. (2003). *Autoavaliação de escolas: pensar e praticar*. Porto: Edições Asa.
- Barzanò, G. (2009). *Culturas de liderança e lógicas de responsabilização*. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari (1994), *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolívar, A. (2012). *Melhorar os processos e os resultados educativos*. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Clímaco, M. (1992). *Monotorização e práticas de avaliação das escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- CNE (2011). *Avaliação das escolas dos ensinos básico e secundário: perspetivas para um novo ciclo avaliativo*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência.
- Diaz, A. (2003). *Avaliação da Qualidade das Escola*. Porto: Edições Asa.

- Dimmock, C. (2005). Leadership in learnings – centred schools: cultural contexto, functions and qualities. In N. Burton e R. Smith (2005). *Leadership for education*. M. Brundelt London: Sage Publications.
- Ferreira, C. (2007). *A avaliação do quotidiano da sala de aula*. Porto: Porto Editora.
- Grilo, E. (1996). A construção da inovação nas escolas. In B. Campos (Org.). *Investigação e inovação para a qualidade das escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Morgado, J. (2004). *Liderança e autonomia: impactos na mudança das práticas curriculares*. Contrapontos, vol. 4, nº3, pp. 425-438.
- Pacheco, J. (2001). *Currículo: teoria e práxis*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, J. & Santos, L. (2006). *Modelos de Avaliação de aprendizagens*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Riley, K e McBeath, J (1998). Effective leaders and effective schools. In J. McBeath (1998) (edit.). *Effective school leadership – responding to change*. London: Paul Chapman Publishing Ltd.
- Santos Guerra, M. (2002). *Entre os bastidores: o lado oculto da organização escolar*. Porto: Edições Asa.
- Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez.
- Stoll, L. & Mortimore, P. (1997). School effectiveness and school improvement. In M. Barber & J. White. *Pursuing excellence in education*. London: Institute of Education University of London.
- Stufflebean, D & Shinkfield, A. (2007). *Evaluation theory, models and applications*. San Francisco: Jossey – Bass.
- Torres, L. & Palhares, J. (2009). *Estilos de Liderança e Escola Democrática*. Acesso a 19 de dezembro de 2012, <http://hdl.handle.net/1822/10008>. Universidade do Minho.
- Vicente, N. (2004). *Guia do gestor escolar da qualidade mínima garantida à escola como garantia de qualidade*. Porto: Edições Asa.